



Campo, cidade, escola e profissão: jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária no Ensino Médio Subsequente

Field, city, school and profession: young students of the Agricultural Technical School in Subsequent High School

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante⁽¹⁾; Fábio Dantas de Souza Silva⁽²⁾;
Luciane Ferreira de Abreu⁽³⁾

⁽¹⁾Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Coordenadora da Equipe de Estudos e Educação Ambiental da UEFS. Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UEFS). ludmilaholanda@yahoo.com;

⁽²⁾Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana. fabdant@hotmail.com;

⁽³⁾Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. luciane.abreu@hotmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 27 de setembro de 2019; Aceito em: 29 de setembro de 2019; publicado em 01 de 10 de 2019. Copyright© Autor, 2019.

RESUMO: O artigo discute as concepções de juventude, trabalho e campo de jovens que se inserem na educação profissional após a conclusão do ensino médio regular e como as trajetórias de vida desses sujeitos e a formação para o trabalho no campo influenciam seus projetos de vida, dialogando com aspectos que caracterizam a diversidade da juventude brasileira. Os dados explorados no texto foram obtidos por meio de pesquisa qualitativa que seguiu etapas diferenciadas, tais como: análise de documentos institucionais da escola onde os sujeitos estudam, aplicação de questionários junto aos estudantes, realização de grupos focais com os estudantes e entrevistas individuais com estudantes do curso e com o gestor da instituição educacional. A abordagem sócio-histórica no estudo foi significativa para colaborar na compreensão do cenário dos jovens sujeitos da pesquisa e sua relação com o entorno ao longo do tempo, em interface com o debate conceitual da Educação do Campo. A pesquisa revelou indícios de que a vinculação dos jovens com o território da zona rural é fragilizada, apesar de optarem por um curso predominantemente rural, os estudantes não demonstram muita conexão com o território e suas questões de cunho político e social.

PALAVRAS-CHAVES: Juventude rural, Educação do campo, Trabalho.

ABSTRACT: This article discusses the conceptions of youth, work and field of young people who enter into professional education after the conclusion of regular high school and how the life trajectories of these subjects and the formation for the work in the field influence their life projects, dialoguing with aspects that characterize the diversity of Brazilian youth. The data explored in the text were obtained through a qualitative research that followed different stages, such as: analysis of institutional documents of the school where the subjects study, application of questionnaires with the students, realization of focus groups with the students and individual interviews with students of the course and with the manager of the educational institution. The socio-historical approach in the study was significant to collaborate in understanding the scenario of the young subjects of the research and its relationship with the environment over time, in interface with the conceptual debate of the Field Education. The research revealed signs that the linkage of young people to rural areas is weakened, although they opt for a predominantly rural course, students do not demonstrate much connection with the territory and its political and social issues.

KEYWORDS: Rural youth, Education, Work.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto dos resultados da pesquisa qualitativa intitulada “Educação Profissional, Trabalho, Presente e Futuro: com a palavra os/as jovens do campo”, financiada pelo CNPQ (2015-2018), que teve como objetivo “investigar a concepção de campo nas suas dimensões: educação e trabalho para jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) Campus Catu”, e caracterizou-se como uma pesquisa com abordagem predominantemente qualitativa.

O Instituto Federal Baiano de Catu é uma instituição de origem centenária, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (ABREU, 2014) e sua existência remonta ao ano de 1897 como Fazenda Modelo de Criação criada pelo Governo do Estado da Bahia com o objetivo de desenvolver a região catuense, que sofria a crise do declínio da cana-de-açúcar e da escravidão. Catu fica a 95 km da capital da Bahia, situado no Território de Identidade¹ Litoral Norte e Agreste Baiano, no nordeste baiano, constituído por 22 municípios (SEI, 2016).

Com o cenário de formação profissional voltado para o trabalho no campo, decidiu-se compreender que sujeitos estavam permeando o universo do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Subsequente de uma instituição de educação profissional situada no interior da Bahia e sob quais perspectivas eles entram neste processo formativo. A proposta do ensino médio subsequente é uma modalidade dentro da educação profissional que possibilita ao concluinte do ensino médio retornar aos estudos com a perspectiva de profissionalizar-se por mais dois anos. (BRASIL, 2012). Pressupunha-se que a zona rural era o território de atuação ou vivência desses sujeitos, no entanto, não há garantias de que eles, ao adentrarem no curso, tragam a reflexão do “território” como um fundamento para a sua formação para o trabalho.

O debate conceitual abordado neste texto utiliza as categorias teóricas *juventude rural, campo e trabalho* em interface com os debates da Educação do Campo que busca situar as condições de vida dos sujeitos do campo sob uma perspectiva de projeto de

¹ Territórios de Identidade são uma estratégia de regionalização adotada pelo Governo do Estado da Bahia no ano de 2007, considerados unidades de planejamento e “agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.” (BAHIA, 2010).

sociedade contra hegemônico, na disputa pelas relações de poder dentro da sociedade capitalista. O “campo” aqui visto como um território de disputa política, que demanda a formação de sujeitos coletivos em busca de autonomia de produção, terra, trabalho e condições de vida dignas na zona rural.

Desse modo, analisamos neste estudo, as concepções de juventude, trabalho e campo de jovens que se inserem na educação profissional após a conclusão do ensino médio regular para compreender como as trajetórias de vida desses sujeitos e a formação para o trabalho no campo influenciam seus projetos de vida, dialogando com aspectos que caracterizam a diversidade da juventude brasileira.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa de caráter qualitativo (MINAYO, 2012), investigou os significados, concepções, valores e atitudes dos sujeitos imbricados no fenômeno da juventude presente no Curso de Técnico em Agropecuária do IF, via suas narrativas em diferentes etapas do processo de estudo com uma perspectiva sócio-histórica. A referida abordagem utilizada no estudo foi significativa para colaborar na compreensão do cenário dos jovens sujeitos da pesquisa e sua relação com o entorno ao longo do tempo, pois, segundo Freitas (2002),

Os estudos qualitativos com o olhar da perspectiva sócio-histórica, ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, devem focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto. (p. 21)

Para conhecer o universo socioeconômico dos estudantes e suas condições familiares e de estudo, a pesquisa seguiu etapas² diferenciadas de coleta de dados, tais como: análise de documentos institucionais da escola onde os sujeitos estudam, aplicação de questionários junto aos estudantes, realização de grupos focais e entrevistas individuais com os jovens do curso e com o gestor da instituição educacional.

² Todas as etapas da pesquisa de campo foram devidamente autorizadas pelos participantes que assinaram os termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos (TCLE) e asseguraram os direitos de imagem para fins de publicação do trabalho realizado.

Na **primeira etapa**, com documentos institucionais, foram analisados os dados cadastrais de matrícula dos estudantes e foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, que visou ter uma noção ampla do perfil deste jovem que adentra no Curso Técnico em Agropecuária e que muitas vezes retorna aos estudos com a esperança de melhor qualificação profissional no futuro. Esta primeira etapa trabalhou com dados de duas turmas no curso, totalizando um universo de 40 estudantes participantes da pesquisa ao longo dos anos 2016-2018. Este universo de 40 estudantes foi tomado como base para traçar um perfil dos sujeitos que ingressam no Ensino Médio subsequente no IF Baiano de Catu. A faixa etária dos estudantes pesquisados é de 18-30 anos³.

Na **segunda etapa**, ocorreram encontros com os sujeitos da pesquisa presentes nas duas turmas em momentos distintos e foi utilizada a técnica de grupo focal para discussão sobre os temas *juventude, trabalho e campo*, possibilitando aos jovens momentos para expressarem e analisarem suas versões sobre condição de vida, trabalho, futuro e presente na zona rural e urbana. Para Gondim (2003), o grupo focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Desse modo, o grupo focal se diferencia de uma entrevista individual por basear-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários, isto é, a interação entre os sujeitos pesquisados sobre a temática discutida será de extrema importância para a análise do pesquisador. Para Vergara (2004, p.56) grupos focais:

[...] é um grupo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinilamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados.

As entrevistas individuais foram realizadas na **terceira etapa** da pesquisa. Para isto, convidamos os jovens estudantes do curso que se interessaram pelo trabalho com a pesquisa e que poderiam nos responder às questões levantadas ao longo do nosso trabalho, discutindo a proposta de formação do Ensino Médio Subsequente e seus desafios na perspectiva da educação profissional.

Um dos critérios para participação nas entrevistas foi a aceitação dos jovens em participar do registro fílmico, sendo um dos produtos finais da pesquisa e, que tinha

³ Para a Política Nacional da Juventude, a população jovem no Brasil corresponde às pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos. (NOVAES et al, 2006).

como objetivo retratar as condições de vida, estudo e trabalho no campo dos jovens. Desse modo, foram realizadas entrevistas com nove estudantes do curso e mais a entrevista com o gestor da instituição educacional, gravadas em vídeo para composição do registro fílmico.

Cabe destacar que, somente as mulheres optaram por participar dessa etapa da pesquisa e, portanto, não teve a participação dos homens nas entrevistas e nem no documentário produzido. Durante as entrevistas foram realizadas visitas a campo para mapeamento e filmagem dos lugares ocupados por elas, onde se relacionam nos seus grupos de interação e como percebem as múltiplas circunstâncias sociais das suas realidades concretas, seja na instituição educacional, nas comunidades em que residem e/ou local de trabalho. O registro fílmico encontra-se na plataforma do *youtube*, foi compartilhado inicialmente com os sujeitos envolvidos e tem sido divulgada como recurso didático em diferentes eventos que tenham o tema da educação e juventude rural como centro dos debates⁴.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE PARA O TRABALHO: “CIDADE”, “RURAL” OU “CAMPO”?

Ao longo do período de três anos de pesquisa foi possível conhecer o trabalho realizado pela instituição de educação profissional junto ao corpo de estudantes do ensino médio subsequente e a avaliação que estes estudantes fazem desta trajetória. O debate da educação profissional é recorrente e pressupõe um processo formativo atrelado às condições de vida estruturantes que aliados a oportunidades sociais e perspectivas subjetivas da vida dos jovens podem ou não tomar percursos diversos em suas vidas. O contexto de estudo ao buscar uma instituição rural como cenário de análise objetivou atrelar esta discussão da formação para o trabalho com os jovens a partir de propostas de curso com perfis agrotécnicos com demanda profissional tradicional na zona rural e com suposto interesse de comunidades rurais pela inserção no curso.

⁴ Registro fílmico: Caminhos do Trabalho.
<https://www.youtube.com/watch?v=t8ul9TBUmJg&feature=youtu.be>

Parte-se do pressuposto de que a formação para o trabalho rural e sua conexão com os estudos da Educação do Campo estaria no território analítico da pesquisa tendo em vista que muitas das famílias dos estudantes são vinculadas à agricultura familiar. Foi intuito da pesquisa averiguar como esta formação no ensino médio subsequente prepara estes estudantes para o trabalho estabelecendo conexões com a formação para a agricultura familiar e/ou possíveis influências da educação do campo neste processo de preparação para o mundo do trabalho em contextos não urbanos.

O meio rural brasileiro vem sofrendo profundas transformações, sobretudo pela implantação de políticas de modernização capitalistas na agricultura que tem como marco o investimento nas grandes propriedades, ou seja, no latifúndio e no agronegócio, em detrimento da pequena propriedade, da agricultura familiar. Esse cenário tem dificultado a permanência do homem e da mulher no campo, pois a terra que se configura como elemento central e necessário para a permanência da família tornou-se uma incerteza tanto no processo de produção, quanto a própria sucessão.

No que concerne à educação, o campo brasileiro continua com índices alarmantes sobre as desigualdades educacionais entre o campo e a cidade (SOUZA, 2012). No processo de investigação da realidade das Escolas situadas em áreas da zona rural, pode-se observar que essas escolas têm enormes carências em vários aspectos, desde o processo de formação docente, as precariedades das instalações físicas; a deficiente qualificação dos professores; os salários defasados; a dificuldade de acesso pela falta de um sistema adequado de transporte escolar e o déficit de escolas para alunos do ensino médio. Para o contexto da Instituição onde os jovens sujeitos da pesquisa estudam, esta realidade torna-se diferenciada, com instalações mais consolidadas e projetos formativos arrojados, tendo em vista o investimento realizado nos últimos anos capaz de dar escopo ao projeto de educação técnica profissionalizante no Brasil da segunda década do século XXI. (FERRETI, 2014; PACHECO, 2010; SANTOS, 2018)

Ainda assim, é possível verificar que o perfil dos estudantes do curso do ensino médio subsequente segue um padrão de jovem de classe baixa e média baixa, interessado em processos formativos consistentes, capazes de proporcionar um horizonte de futuro diferente da trajetória de suas famílias no campo.

As contradições nas quais se encontram a juventude do campo, de um lado pelo modo de produção econômica e suas consequências para a própria continuidade da vida nesse espaço e, de outro lado, a necessidade de continuar o processo formativo como

forma de mudar sua realidade pessoal e coletiva, desenham um instigante projeto de vida adulta que desde cedo acompanham esses jovens em suas avaliações e projeções de futuro.

Os dados da pesquisa revelaram questões de relevância para o debate da educação do campo dentro desta perspectiva socioeducacional que atinge uma média de estudantes não atrelados a movimentos sociais ou organizações da sociedade civil, com perfis de buscas solitárias em uma trajetória de cunho “individual”, rumo ao mundo do trabalho. Entre as questões relevantes, pode-se destacar o perfil destes jovens “do campo”, a incidência de mulheres assumindo a formação técnica com competitividade e empenho, a formação técnico-científica destes jovens e o horizonte de trabalho e formação que não necessariamente encontra espaço de concretude em suas vidas, mas que fazem parte dos seus sonhos.

O debate sobre a categoria “juventude” tornou-se central no estudo, uma vez que, os estudantes que frequentam o Curso estão na faixa etária dos 18-30 anos. Ciente das limitações ao conceito de juventude a partir de uma demarcação cronológica, a pesquisa centrou esforços em assegurar um olhar sobre a perspectiva de juventude rural e, desse modo, foi utilizado o debate de Castro (2009, p.182) para definir que juventude é, “além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social.” Nessa perspectiva, essa definição desconstrói a concepção que trata juventude como categoria “autoevidente ou autoexplicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas” (p.184)

Buscando superar de um lado a naturalização e homogeneização, ao se compreender os jovens somente a partir do recorte etário/geracional, e de outro a sua diluição em uma diversidade que os tornam invisíveis socialmente, Leão e Antunes-Rocha (2015) apoiados nos conceitos de Abramo (2005) e Dayrell (2007), propõem compreender os jovens a partir da ideia de “Condição Juvenil”.

Esse termo reconhece que toda sociedade constrói representações sociais e atribui determinados valores à juventude a partir de um recorte geracional. Ao mesmo tempo, não desvincula isso das especificidades de cada situação social vivida a partir dos condicionantes de classe, gênero, pertencimento étnico-racial, etc. (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 19).

Assim, estudar sobre estes jovens é investigar as relações sociais em que eles estão inseridos, buscando compreender as dimensões simbólicas e culturais. Daí que, o debate sobre juventude rural é específico, no sentido de compreender como essas pessoas vivem a experiência do meio rural como jovens.

Para Castro (2009, p. 189), ser jovem rural “carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar”. É neste contexto que o jovem rural está inserido, um tempo histórico no qual as mazelas da sociedade capitalista se intensificaram no campo brasileiro.

Dessa forma, antes mesmo de discutir o “desejo” ou a falta deste, da juventude do meio rural para permanecer no campo, é necessário realizar uma análise crítica sobre as condições reais e efetivas que estão dadas aos jovens que vivem nesse contexto, pois existe um certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, sobretudo, quanto o acesso ao trabalho e o acesso à escola. (CASTRO, 2016; CORSEUIL; FRANCA, 2015; ABRAMO, 2016; SANTOS, 2016). Essas dificuldades também foram confirmadas com os dados obtidos na pesquisa realizada, pois os relatos dos obstáculos para estudar e para obter oportunidades de trabalho no campo, foram predominantes durante a pesquisa.

Nessa perspectiva, é possível vincular as dificuldades financeiras relatadas com os problemas relacionados à questão fundiária, já que o acesso à terra é a maior dificuldade das famílias que acabam por afetar no universo da juventude rural e camponesa. Nos estudos da educação do campo, “campo” e “rural” são nomenclaturas em disputas, atreladas à concepção de sociedade, política e desenvolvimento (FERNANDES, 2006). O campo é o território que agrega as lutas sociais e demarcação do patrimônio material e imaterial com vida e dinâmica sociocultural própria, para o qual a terra tem significado para além do setor produtivo. No campo de estudo da Educação do Campo, falar de “rural” como categoria autoexplicativa portanto, é preservar a concepção de despolitização do cenário de diversidade e desigualdade historicamente desmerecido como questão social de relevância neste país de tamanho continental.

Fernandes (2006), utiliza o conceito “território” como pertinente para compreender o campo. Para o autor, o conceito de território surge como possibilidade de lidar com o campo como espaço de organização política, de cultura, de educação, ou seja, de “todas as dimensões da existência humana”.

O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. (FERNANDES, 2006, p.28)

Tais perspectivas ajudam a compreender a complexidade do debate e a colocar o campo como este local carregado de diversidades que ao fazer parte das relações de produção da sociedade é por elas afetado em suas dimensões de cultura, economia, serviços e modo de vida caracterizados pela diversidade social e ambiental e, obviamente, os jovens do campo, fazem parte deste cenário.

Embora os aspectos de uma sociedade desigual contribuam para o êxodo rural dos jovens, ou como afirma Castro (2009), essa pressão por “escolher entre ficar e sair”, é necessário evitar uma visão única e quase homogeneizada da condição juvenil rural e camponesa. Desse modo, temos jovens que estão no campo, mas vivem práticas sociais vinculadas ao espaço urbano; jovens que vivem em áreas urbanas, mas trabalham com atividades relacionadas ao campo. Jovens que nasceram e construíram suas histórias de vida no campo, mas tem objetivos de sair e não continuar o seu processo histórico no campo. E, também, jovens que nasceram e cresceram nas ditas “cidades imaginárias” (VEIGA, 2002), mas que se movimentam em direção ao campo em busca de trabalho e moradia. Os dados da pesquisa revelaram perfis de jovens que buscam melhores condições de vida para si e para suas famílias e que acreditam ser a educação a principal via de transformação de suas realidades e possibilidades de concretude dos seus sonhos.

A instituição de ensino pesquisada atende a estudantes de várias localidades do estado, sendo que alguns desses municípios podem ficar em até 400 quilômetros de distância da escola. Originários de municípios rurais, os estudantes delimitam “campo” e “cidade” a partir da sede dos municípios, onde a zona urbana é “a sede” e a zona rural, seus arredores. Dos estudantes entrevistados, 72,5% afirmaram morar na “zona urbana” dos seus municípios.

Esse dado revelou os impactos do debate sobre visões de espaço urbano e espaço rural no Brasil. O geógrafo José Eli da Veiga no seu livro “Cidades Imaginárias” traz uma contribuição importante para a redefinição do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e suas implicações nas políticas de desenvolvimento. Para Veiga (2002), o Brasil é menos urbano do que se calcula se utilizarmos critérios mais

comumente usados em outros países, pois “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características.” (VEIGA, 2002)

Sendo assim, pode-se inferir que utilizar desta estratégia para definir o rural pode acarretar em um reducionismo ao apenas identificar o rural como aquilo que “está fora do perímetro Urbano” e como local de desenvolvimento de atividades exclusivamente agropecuárias. Por isso, Veiga (2002) faz uma crítica aos programas e políticas de governo que identificam o rural como setorial, e não como territorial. Essa visão setorializada do rural é garantida pela regra brasileira que identifica como urbana toda e qualquer sede de município. No entanto, Veiga (2002, p.33) afirma: “para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização.”

De acordo com esses critérios, o Brasil teria uma nova configuração do que viria a ser urbano e rural. Entretanto, o mais importante é no que se refere à implementação de políticas e projetos para os sujeitos que vivem nesses territórios, pois teríamos políticas capazes de contemplar as diversidades e as especificidades, eliminando ações que visam manter essa dicotomia entre urbano e rural.

CARACTERÍSTICAS SÓCIO ECONÔMICAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para compreender as narrativas dos sujeitos da pesquisa, a primeira etapa do estudo buscou dados que potencializassem o reconhecimento das condições de vida dos jovens. Os 40 questionários aplicados e os dados institucionais nos ajudaram a mapear estas condições, além de adentrar em detalhes como estado civil, sexo, raça e número de filhos (caso tivessem).

Dos 40 estudantes que responderam ao questionário, 65% são do sexo feminino, 35% do sexo masculino. Entre eles, 87,5% são solteiros, 7,5% casados e outros 5% não responderam. No que concerne à raça, 42,5% se autointitularam negros, 47,5%, pardos e os demais 10% se autointitularam brancos. Dos quarenta estudantes, 12,5% deles afirmaram ter filhos.

Quando questionados sobre o grau de escolarização dos pais, os estudantes afirmaram ter pais que “não frequentaram a escola” (12,5%), alguns estudantes (10%) afirmaram que seus pais foram “alfabetizados”, 10% afirmaram que seu pai tem Ensino Fundamental completo, 25% disseram que o pai tem Ensino Fundamental incompleto, 17,5% afirmaram que o pai tem Ensino Médio completo e 7,5% disseram que o pai tem Ensino Médio incompleto, nenhum deles com ensino superior.

Entre as mães dos estudantes o grau de escolarização apontado é de 10% que não frequentaram a escola, 10% de alfabetizadas, 15% têm Ensino Fundamental completo, 17,5% têm Ensino Fundamental incompleto, 22,5% cursaram o Ensino Médio completo e 5% não concluíram o Ensino Médio, 15% delas têm Ensino Superior completo.

A escolarização dos pais (ou a ausência dela) demarca um ponto forte no processo de continuidade de estudo dos filhos. A ideia de continuidade dos estudos passa pela estratégia dos jovens de editar um futuro diferente do traçado pelos seus pais, com condições de trabalho e vida muito precárias.

Foi possível identificar também via os questionários que todos os estudantes possuem celular e no que concerne ao acesso à internet em suas residências, 45% dos estudantes afirmaram ter acesso à internet, 45% afirmaram não terem acesso e 10% não responderam esta questão. Mesmo não tendo internet em suas residências, 97,5% dos estudantes estão conectados nas redes sociais pelo celular. Entre elas, a preferida é o *Facebook* utilizada por 90% dos jovens, em seguida o *Whatsapp* (por 80%), assim como os *e-mails* por 80% e 42,5% dos jovens afirmaram ter cadastro no *Instagran*. Esses dados de conexão em redes apontam para um cenário muito interessante na vida desses jovens, pois indicam uma aproximação com contextos socioculturais outros, além de possibilidades múltiplas de comunicação em tempos e espaços diversos quebrando de certa forma o mito do “isolamento cultural” da juventude do campo.

Mesmo integrantes de famílias de baixo poder aquisitivo, a grande maioria dos estudantes não trabalha (95%), sendo portanto sustentados pelas suas famílias. Questionados pela renda familiar, a maioria (50%), afirmou que a família percebe até 1 salário mínimo (R\$ 880,00⁵), 10% afirmaram que sua família vive com cerca de 2 a 3 salários mínimos (R\$ 1.760,00 a R\$ 2.640,00) e 35% não souberam informar.

⁵ Valor do salário mínimo referente ao ano de 2016.

Os estudantes na sua maioria são originários da escola pública, sendo que 85% cursaram o Ensino fundamental I; 90% cursaram o Ensino Fundamental II e 97,5% cursaram o Ensino Médio em escolas desse tipo.

Do total de estudantes, 30% concluíram o Ensino Médio entre os anos de 2016 e 2017. A grande maioria (50%) afirmou ter concluído essa etapa entre os anos de 2010 e 2015. Apenas 5% dos jovens afirmaram ter evadido da escola durante o seu percurso estudantil e, dentre os motivos, foram anunciados “casamento” e “dificuldade de adaptação ao ensino à distância”.

Quanto à escolha do Curso de Agropecuária para estudo após a conclusão do Ensino Médio, 75% dos estudantes afirmaram que foram motivados por gostarem da área, 15% falaram da indicação da família para realização do curso, há os que justificaram ser o curso um meio de “melhorar a condição de vida da família” ou “ter experiência com horticultura” e interesse em “se especializar em gado leiteiro” (10%) e os que afirmaram ter sido por falta de opção de outros cursos técnicos (2,5%). Para 85% dos estudantes, este é o primeiro curso técnico de suas vidas.

O questionário buscou verificar se entre os jovens havia algum indicador de participação em cenários de organização social e coletiva, ponto que consideramos muito importante para os estudos da “educação do campo”, mas as respostas aos questionários revelaram não haver entre estes jovens uma cultura de participação social em coletivos organizacionais. Ao serem questionados se participavam de contextos como associação, cooperativa, movimentos sociais, sindicatos, grupo de jovens, grupo de igreja etc., 90% dos jovens afirmaram não ter envolvimento com essas organizações, 25% dos jovens responderam que participam de grupos da igreja e 2,5% indicaram a participação em associação. Ou seja, são cenários de vida que pouco estão conectados com os pressupostos da educação do campo, que demanda o envolvimento dos jovens nos coletivos de luta pela terra e condições de vida no rural.

As famílias de 42,5% dos jovens, segundo os questionários, são proprietárias de áreas rurais com extensão média de 2,9 hectares, exceto uma propriedade maior de 260 hectares. Conforme informado pelos estudantes, nessas áreas rurais são cultivados “mandioca, frutíferas, capim e são criados bovinos, caprinos e equinos”. Esses dados indicam que parte dos jovens pesquisados está envolvida diretamente na produção da agricultura familiar.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E TRABALHO PRESENTES NAS NARRATIVAS DOS JOVENS

O “Trabalho” tornou-se uma categoria analítica no debate da pesquisa que analisou a formação técnica profissional dos jovens. A perspectiva de trabalho neste processo formativo dos jovens pesquisados ficou registrada em várias etapas do processo de coleta de dados (com os questionários, com o grupo focal e com as entrevistas individuais).

A categoria trabalho é relevante para a análise das questões sociais na sociedade capitalista. Para a teoria marxiana o trabalho é uma atividade tipicamente humana, porque implica uma ação previamente pensada, concebida no plano das ideias que orientam a ação a ser efetivada para alcançar um fim estabelecido. Através dessa concepção, pode-se compreender que não existe ser social sem o trabalho. Assim, faz o trabalho ter como função social transformar a natureza para criar os bens materiais necessários à existência humana e permitindo os desdobramentos de transformações do próprio ser. (KUENZER, 1988; FRIGOTTO, 1996; ANTUNES, 2000; FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005)

Desse modo, o trabalho começa quando o ser humano interage com a natureza e constrói instrumentos para suprir suas necessidades, mas esses instrumentos e o conceito de trabalho vão se modificando com o tempo e inserindo outras atividades, diversificando formas, conceitos e compreensões. Foi dentro desta perspectiva que o tema foi abordado no trabalho com os jovens estudantes buscando compreender como eles percebiam as exigências da vida profissional e da responsabilidade que a vida adulta adiciona a seus planos de futuro.

A perspectiva do “trabalho” para os jovens vem sempre associada à perspectiva de retorno financeiro, há uma repetida assertiva por parte da grande maioria dos estudantes da realização profissional atrelada à uma devolutiva para o investimento familiar com os seus estudos. A fala da necessidade de galgar um território profissional bem sucedido é quase sempre acompanhada da fala de contribuir com os contextos familiares, e muitas vezes estes contextos são centrados na figura materna, como referência familiar de força e segurança na trajetória dos estudantes.

O conceito de trabalho vem sempre acompanhado com as demandas de qualificação, e justificadas por expressões como “concorrência”, “competição”, “experiência profissional”.

Quando confrontadas nas entrevistas sobre o “trabalho na zona urbana” e “trabalho na zona rural”, as jovens afirmaram haver uma melhor condição de trabalho na zona urbana, maior diversidade e mais possibilidades para emprego. Para a zona rural, há uma visão das dificuldades aliadas à oportunidades de emprego e condições mais difíceis para a realização das demandas. As estudantes demonstraram em seus depoimentos uma autoconfiança no processo formativo, com competências técnicas voltadas para o exercício da profissão na lida com as demandas da agropecuária (agricultura, animais, procedimentos, habilidades), no entanto há relatos da insegurança no que concerne uma cultura empregatícia voltada para um público masculino. Embora as estudantes afirmem em sua maioria não perceber discriminações no processo formativo do curso, demonstraram contradições neste quesito ao reconhecerem um mercado voltado para um “perfil de trabalhador masculino”.

Para o projeto de futuro, segundo as entrevistas realizadas com as jovens, fica evidente a expectativa com a continuidade dos estudos no ensino superior, em que a grande maioria sinaliza pretensões em dar seguimento ao trabalho na área de formação do curso técnico, fazendo opções como engenharia florestal, agroecologia e medicina veterinária. Tais projetos de futuro implicam sempre na constatação da necessidade de deslocamento para territórios urbanos e a conseqüente limitação que tais deslocamentos significam para as pessoas com famílias na zona rural. O acesso aos cursos superiores nem sempre se torna possível, um sonho viável, mas está no discurso delas como um caminho natural a ser percorrido em busca de maiores oportunidades profissionais.

Segundo as entrevistas realizadas com as nove jovens das turmas durante o registro fílmico, o ensino médio subsequente foi uma forma de qualificar o percurso na educação básica, na expectativa de garantir mais estudo e preparação para o trabalho e planos no ensino superior. As jovens apontam para o futuro com projetos de trabalho, sempre com a justificativa de “ajudar os meus pais”, “ajudar a minha família”, demonstrando o reconhecimento pelo investimento feito neste período de suas vidas.

No que concerne o debate da Agricultura Familiar, o trabalho surge como uma alternativa viável para a lida da produção endógena, de subsistência, produção para

alimentação da família. As estudantes entrevistadas demonstraram familiaridade com as técnicas de produção, discutem com propriedade as culturas produtivas e a forma de gerenciar a propriedade familiar, também apontam para uma interferência na relação com o trabalho das famílias, e conseguem estabelecer conexões com os estudos no curso de Agropecuária e a prática da agricultura em casa.

Revela-se também um grande interesse no cuidado com os animais, como resultado da formação no IF Baiano. Os dados da pesquisa mostram que a agricultura familiar dificilmente aparece como primeira opção de trabalho e sustento de suas vidas e na maioria das vezes foi percebida como uma possibilidade de maior renda e que agrega valor ao cotidiano domiciliar.

O trabalho é um discurso muito presente nas falas das jovens. A premência do emprego e da necessidade de obter uma renda como resultado deste investimento surge a todo momento como um projeto de vida definido. São jovens com poucas opções de lazer em suas comunidades, e que encontram na escola a expectativa de mudança de vida que almejam. Questionadas pelo “Tempo Livre”, as jovens assumem poucas atividades de lazer no seu dia a dia, com muitas queixas sobre a falta de oportunidades em vários sentidos (do estudo à diversão).

O trabalho da zona rural é visto como uma opção mais laboriosa e pouco reconhecida, pois trabalhar na zona urbana, é percebido ora como “mais diversificado e fácil”, ora como mais cansativo e pouco compensador. Há relatos de projetos de futuro com a propriedade familiar, ou projetos de conseguir comprar um “pedaço de terra” para cuidar dos animais e ter o seu próprio sustento. A formação profissional impulsiona todas as jovens para o trabalho com a formação na área ou área correlatas, o que sugere um indicador de conexão do trabalho com o universo do campo.

Quando questionadas sobre a condição de ser mulher e estar no trabalho de técnica em agropecuária, a maioria afirmou não perceber nenhuma forma de discriminação no curso, assim como demonstraram estar à vontade com a realização das tarefas nas práticas exercidas na escola que estendem muitas vezes nas atividades domiciliares, mas contraditoriamente, conseguem ver a profissão como culturalmente mais “masculina”, com a impressão de “trabalho pesado” geralmente destinado a profissionais do sexo masculino e julgam que isto possa interferir nas expectativas de outros no que concerne o tema “emprego”.

CONCEPÇÃO DE CAMPO PRESENTES NAS NARRATIVAS DOS JOVENS

Há indícios de que a vinculação dos jovens com o território da zona rural é fragilizada. Apesar de optarem por um curso predominantemente rural, os estudantes não demonstram muita conexão com o território e suas questões de cunho político e social como pressupõe os debates da educação do campo. Há no discurso dos jovens uma visão romantizada da zona rural, como um lugar “da tranquilidade”, de descanso. Mas há, também, uma constatação de que no campo é o local de poucas oportunidades de estudo, lazer e trabalho. Em entrevistas, as estudantes afirmaram não ter opções para além dos contatos com familiares e amigos, na zona rural. Suas comunidades são descritas como lugares pacatos “sem nada” para oferecer aos jovens.

Atribuem ao status de cidade pequena a consequência para a falta de oportunidades e olham para os centros urbanos como referências de lugar exitoso, apesar de violento e com muitos problemas. As estudantes percebem Salvador e Feira de Santana (municípios a 100 quilômetros de distância de Catu) como referências de cidade grande, sendo que para elas estas seriam as possíveis opções para cursar o ensino superior.

Mesmo em cidades de pequeno porte no interior do estado, os estudantes relataram a incidência de violência em suas comunidades (distritos rurais ou sede dos municípios), que afeta a vida dos jovens e a dinâmica da vida social da qual fazem parte. O tema das drogas surge quase sempre para mencionar os problemas para com a vida no interior.

Os jovens têm pouca experiência na zona rural, pois se deslocaram cedo para as sedes dos municípios por conta dos estudos: 80% disseram ter cursado em escolas urbanas e apenas 10% em escolas rurais e 87,5% dos estudantes afirmaram ter estudado o Ensino Médio em escolas públicas da zona urbana. Ou seja, as memórias da adolescência estão cravadas nas experiências com a cidade do interior e o campo passa a ser o lugar das famílias em um recanto de sossego e reduto de paz não necessariamente associado a projetos de futuro.

Menos da metade dos jovens da pesquisa (42%) afirmaram ser pequenos proprietários de áreas rurais que chamam de “terreno”, “lotes” e “propriedade rural. Afirmaram ter suas vidas voltadas para os estudos e as atividades decorrentes do

trabalho com o Instituto Federal, o campo é um lugar que pouco atrai no cotidiano, para além das atividades voltadas para o trabalho.

Tais contradições apontam para um cenário complexo de vida no campo e nas cidades de pequeno porte, e colocam os jovens da pesquisa no desafio de superação das difíceis condições de vida presentes nos lugares de referência familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado, a equipe reitera a relevância das pesquisas no campo da formação técnica profissional dos jovens estudantes da zona rural atrelado aos debates acadêmicos em torno da Educação do Campo.

Os dados da pesquisa reforçam a necessidade de fomentar estudos que possam averiguar como os cursos de formação técnica e profissional que têm o “campo” como *locus* de importância têm abordado o processo formativo dos sujeitos na perspectiva da educação do campo. Apesar de optarem por um curso predominantemente rural, os estudantes não demonstraram muita conexão com o território e suas questões de cunho político e social, como pressupõem os debates da educação do campo. A questão da permanência surge como um deflagrador de problematizações em torno das condições de vida, estudo e trabalho. O trabalho no campo pode ser uma das suas opções de futuro profissional, mas não necessariamente um lugar *a priori* escolhido por eles. Há indicadores nos depoimentos dos jovens de que a formação no IF Baiano tem qualificado os jovens para o trabalho com a agricultura familiar e que muitos atuam em colaboração com as famílias em pequena escala e em uma perspectiva de subsistência (hortas para autoconsumo são exemplos clássicos), embora o desejo em torno da profissão não esteja diretamente vinculado ao trabalho no setor.

As políticas de permanência são fundamentais para que os estudantes garantam a sua participação no curso, haja vista o nível de renda de suas famílias e as condições de manutenção dos jovens nos estudos. Há a sinalização do desejo por continuidade dos estudos no ensino superior nas áreas de veterinária, agronomia e engenharia florestal, mas o interesse perpassa pelas identificações com a formação profissional técnica sem o embasamento teórico e metodológico previsto nos debates da educação do campo (CALDART, 2010).

Isto reafirma a relevância da discussão sobre as concepções sobre juventude, trabalho e campo que os jovens têm construído, pois se relacionam ao tratamento que o nosso projeto de sociedade tem atribuído a essa população, muitas vezes ignorando suas necessidades básicas de acesso a trabalho e escolarização e negando as possibilidades de atuarem como sujeitos políticos que podem contribuir na construção de políticas de desenvolvimento rural significativas para os povos do campo. No grupo de jovens pesquisado observa-se que suas projeções para o futuro partem da esfera individual e nela se encerram, atribuindo apenas para si mesmos a responsabilidade pelas escolhas dos percursos formativos que o capacitarão para se posicionarem no mercado de trabalho. Não se permitem pensar seu futuro vinculado a um horizonte da coletividade enquanto sujeitos que podem questionar aspectos estruturantes da sociedade.

A pesquisa desenvolvida discutiu as perspectivas profissionais e de futuro a partir da formação dos jovens no ensino técnico em agropecuária. Para o campo de estudo da educação do campo, avaliamos que se ampliou o debate em torno da juventude e suas condições de estudo, trabalho e vida no campo a partir da formação profissional. Ressalta-se a predominância de mulheres na etapa das entrevistas, as únicas que decidiram participar do registro fílmico. Esta pesquisa anuncia para a relevância do debate de gênero no processo formativo da educação profissional no campo das ciências agrárias. Um debate necessário e atual.

O percurso investigativo deste estudo coloca o debate do potencial educativo no campo de estudo da formação a partir das lógicas do agronegócio e da agricultura familiar. Tais debates formativos ajudam a pensar os processos de construção curricular dos cursos técnicos a partir do perfil dos estudantes e dos princípios políticos pedagógicos dos cursos. Os dados da pesquisa têm suscitado reflexões em torno deste perfil estudantil, de como chegam ao curso e de com quais expectativas e perspectivas de trabalho e futuro saem. No campo de estudo da educação do campo a interlocução entre formação profissional técnica e formação política tem sido um debate fértil, a relação do trabalho com as questões ambientais e estruturantes do campo podem também ser avaliadas e melhor discutidas a partir de estudos como este.

Adiciona-se a isto uma consequente implicação nos processos de formação e elaboração de políticas formativas institucionais que possam contribuir com questões importantes para os debates da educação profissional técnica e científica, com

relevância para o tema da relação educação e trabalho e sua interface com o campo/zona rural. As discussões adentram também nos conceitos de produção na agricultura familiar e o impacto deste debate para as famílias dos estudantes e o futuro profissional dos jovens.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMO, Helena. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania / Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 37-73
2. _____. *Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis* in PINHEIRO, Diógenes [et al.] (Orgs.). *Agenda Juventude Brasil - Leituras sobre uma década de mudanças*. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. v. 1
3. ABREU, Luciane F. *O lugar do campo na formação do Técnico em Agropecuária do IF Baiano – Campus Catu*. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana
4. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000
5. BAHIA (Estado). *Decreto N° 12.354 de 25 de agosto de 2010*. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Casa Civil. Salvador, 2010. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-12354-de-25-de-agosto-de-2010>. Acesso em 02 set. 2018
6. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica / Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 set. 2012, Seção 1, p.22. Acesso em: 30 ago. 2018
7. “CAMINHOS DO TRABALHO”. Direção: CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; ABREU; Luciane Ferreira; SILVA, Fábio Dantas Silva. Financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apoio Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Instituto Federal Baiano (IF Baiano) de Catu. Produção: Volney Meneses. Feira de Santana. Bahia. Dezembro de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t8ul9TBUmJg&feature=youtu.be>
8. CALDART, R. S. Educação profissional na perspectiva da educação do campo. In: _____. (org.). *Caminhos para a transformação da escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 229-241
9. CASTRO. Elisa Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud*. Vol. 7, N° 1, Enero –Junio 2009, Colômbia, 2009. Disponível em <http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/issue/view/10>. Acesso em jul 2018

10. _____. Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: RIBEIRO, Eliane et al (orgs.) *Agenda Juventude Brasil - leituras sobre uma década de mudanças*. UNIRIO, 2016. Disponível em <http://polis.org.br/publicacoes/10759-2/>. Acesso em mar 2019
11. _____. *Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude*. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212
12. CORSEUIL, Carlos Henrique L; FRANCA, Máira A. P. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013* - Série: Subcomitê da Juventude - Agenda Nacional de Trabalho Decente. Brasília: OIT; IPEA, 2015
13. DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.) *Diálogos na educação de jovens e adultos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 53-68
14. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. *A pesquisa em Educação do Campo*. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006
15. FERRETI, Celso João. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas in KUENZER, Acacia [et al.] (Orgs.) *Educação profissional: desafios e debates* - Coleção formação pedagógica; v. 1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014
16. FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>. Acessado em: 12 de setembro 2015
17. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs) *Ensino médio integrado*. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996
18. GONDIM, S. M. G. *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003
19. KUENZER, A. Z. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988
20. LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *Juventudes no/do campo: questões para um debate*. In: *Juventudes do Campo*. 1. ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015
21. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Petrópolis. Vozes, 32 ed., 2012
22. NOVAES, Regina Célia et al (orgs.). *Política Nacional da Juventude – Diretrizes e Perspectivas*. Conselho Nacional da Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006
23. PACHECO, Eliezer Moreira. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010
24. SANTOS, Jailson A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? in FRIGOTTO, Gaudêncio

- (org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018
25. SANTOS, Robson. *Os desafios da meta 8 do PNE: juventude, raça/cor, renda e territorialidade*. Brasília: Inep, 2016. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/OS+DESAFIOS+DA+META+8+DO+PNE++Juventude%2C+Ra%C3%A7a+Cor%2C+Renda+e+Territorialidade/ef69b42f-5858-458e-9d7c-b9be2fc3d59d?version=1.3>. Acesso em abr de 2019
26. SOUZA, Maria Antonia. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>
27. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Perfil dos Territórios de Identidade*. Série Territórios de Identidade da Bahia, v. 2. Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Acesso em 02 set. 2018
28. VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo, Editores Associados, 2002
29. VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2004